

**TEXTOS SETECENTISTAS E OITOCENTISTAS:
A ESTRUTURA [NÃOVNÃO] EM FOCO**

Vivian Canella Seixas (UFOP)

vi_seixas@yahoo.com.br

RESUMO

No quadro da negação sentencial no português brasileiro, este trabalho busca descrever as realizações das estruturas negativas sentenciais na língua portuguesa do Brasil em textos de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX e, de uma forma mais específica, procura caracterizar apenas a negativa [NãoVNão], tida como forma inovadora no português brasileiro atual. Na pesquisa, foram utilizados dois corpora: i) correspondências privadas, obra literária e peça de teatro do século XVIII; ii) correspondências privadas, correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais, obras literárias e peças de teatro do século XIX. Quanto à implementação da estrutura [NãoVNão], investiga-se o período em que aparece na escrita da língua portuguesa do Brasil. Quanto à sua transição, busca-se descrever o percurso no processo da mudança linguística: da estrutura [NãoV] para a [NãoVNão]. Ainda, em relação à transição da referida estrutura, propomos a hipótese de que o uso do ponto e vírgula indica que havia uma pausa ainda maior do que a da vírgula separando o segundo não, quando da implementação desta estrutura. Esta hipótese descreve o percurso da mudança linguística em três etapas: 1) um primeiro momento em que o segundo não era separado da estrutura oracional por um ponto e vírgula; 2) no segundo momento, havia o uso da vírgula para separar o segundo não da estrutura oracional; e 3) por fim, houve a queda da vírgula. No que diz respeito à origem desta estrutura, esta investigação busca corroborar, ou não, hipótese de ordem semântico-pragmática proposta por Biberauer e Cyrino (2009). O arcabouço teórico-metodológico adotado nesta pesquisa é o da Teoria da Variação e Mudança, de Labov (1972; 1994).

Palavras-chave: Português Brasileiro. Língua Portuguesa do Brasil.

Negação sentencial. Estrutura inovadora [NãoVNão].

1. Introdução

A negação, considerada um universal linguístico, foi e continua sendo tema de grande interesse de estudiosos da língua. E, além de ser um recurso utilizado em todas as línguas, sabe-se que cada uma delas apresenta suas estratégias particulares para expres-

sar este fenômeno. Tal fato viabiliza múltiplas possibilidades de análises e de discussões, seja qual for o enfoque a ser adotado na investigação.

Tendo isso em mente, cabe mencionar que o português brasileiro é uma língua rica na expressão das negativas e, apesar do estudo dessas estruturas não ter sido um tema de grande interesse por parte dos gramáticos tradicionais, muitos trabalhos sobre esse fenômeno descreveram as construções negativas utilizadas no português brasileiro, tanto em sincronias presentes, quanto em pretéritas.

Nesse contexto, este trabalho fez um levantamento das negativas sentenciais na língua portuguesa do Brasil¹⁷ em textos de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX. Além disso, serão feitas considerações acerca da implementação, da transição e da origem de uma estratégia de negação presente no português brasileiro: a estrutura negativa sentencial [NãoVNão] que apresenta, concomitantemente, o elemento negativo *não* anterior e posterior ao verbo.

Retomando o fato de inúmeros autores, de diversas correntes teóricas, terem abordado o tema da negação, serão apresentadas aqui, algumas definições que serviram de reflexão para esta pesquisa. Assim, primeiramente, mencionamos Casagrande (1973, p. 1), pois, em sentido amplo e básico, define a negação como aquela que compreende qualquer frase negativa que se opõe a uma frase afirmativa. Já em sentido estrito, para o autor a negação é o vocábulo, ou partícula que torna negativa uma frase que, sem tal elemento, seria afirmativa.

Por sua vez, remetendo aos estudos sobre a negação no âmbito da lógica clássica, Horn (1989) menciona que aquilo que é entendido por negação sentencial pode ser tratado de duas formas distintas: uma, a lógica aristotélica, que é baseada em termos; a

¹⁷ A língua escrita investigada nos séculos XVIII e XIX deve ser denominada desta forma, pois ainda não podia ser tratada como português brasileiro (Profa. Dra. Jânia Ramos, em comunicação pessoal).

outra, a lógica estoica, baseada em proposições. Para Aristóteles, a negação é substancialmente uma negação do predicado ou da relação existente entre o sujeito e o predicado. Por outro lado, para os filósofos estoicos, a negação é uma operação que age sobre toda a proposição, alterando o valor de verdade desta. Assim, conforme os filósofos estoicos, há uma afirmação da falsidade da sentença afirmativa e não uma negação da relação de predicação sobre o sujeito, como proposto por Aristóteles.

Por sua vez, sob uma perspectiva variacionista, vertente que nos serviu de aporte, Alkmim (2001, p. 2) ao referir-se à negação, afirma que esta é, em línguas naturais, mais complexa do que em lógica ou em matemática. Na maioria das vezes, a absoluta simetria que é concebida entre proposições afirmativas e negativas na lógica não é refletida em linguagem natural, propiciando, assim, um debate que envolve a negação enquanto entidade da lógica formal e sua discutível equivalência com elementos da linguagem natural. Ainda, conforme a autora, levando em consideração todas as abordagens linguísticas que tratam da negação no português brasileiro, as construções negativas são apresentadas como aquelas que possuem um item negativo presente, seja ele o elemento *não*, um *quantificador*¹⁸ ou um *advérbio*¹⁹ *negativo*, a preposição *sem*, a conjunção *nem* e itens que os gramáticos chamam de “reforço da negação”, ou *itens de polaridade negativa*, como em “Ela não deu um pio” (conforme nomenclatura de Ilari, 1984).

Assim, a partir dessa perspectiva que analisa a negação no âmbito sentencial, apresentamos os tipos de estruturas²⁰ que foram identificadas no *corpus* delimitado (cf. *Metodologia*), a saber:

¹⁸ São considerados como quantificadores negativos os itens *nada*, *nenhum(a)* e *ninguém*. É importante mencionar que em alguns casos o item *algum(a)* ocorre com o sentido de negação do item *nenhum(a)*.

¹⁹ São considerados como advérbios negativos os itens *jamais* e *nunca*.

²⁰ No decorrer do trabalho, as estruturas exemplificadas em (1-10) serão representadas, respectivamente, por [NãoV], [NãoVNão], [VNão], [NegVNeg], [AdvV], [QuantV], [NemV], [SemV], [Não+Elipse], [Nem+Elipse], em que se focaliza a ordem da negação em relação

- (1) “*Não* conhecem a subordinação.”
- (2) “*Não* enganam não, *primo*.”
- (3) “Tem graça, *não* senhora!”
- (4) “*Ninguém* viu *nada*.”
- (5) “[...] e prol quitação da dita divida, para mais *nunca* Serpedida, ou Repetida por elle.”
- (6) “Que *ninguém* intenda.”
- (7) “[...] por causa de não depender *nem* ter posses.”
- (8) “*Sem* expôr a Provincia.”
- (9) “[...] esta Sim lhe cedeo a irança e *naõ* as terras que’ legitimamente heram essaõ do Sup.te como em todos os documentos”.
- (10) “Parece que não tem eztes homens, *nem* tem justicias, que os castigem *nem* Rey, que os governem”.

O exemplo (1) apresenta a partícula *não* na posição pré-verbal, a qual está imediatamente adjacente ao verbo, e que aqui será representada por [NãoV]. O exemplo (2) apresenta a partícula *não* na posição pré e pós-verbal, e tem como resultado a sequência [NãoVNão]. O exemplo (3) apresenta a partícula *não* na posição pós-verbal, representada por [VNão]. O exemplo (4) apresenta dois itens negativos distintos, um anterior e o outro posterior ao verbo, sendo representado aqui por [NegVNeg]⁶. Em (5), representado por [AdvV], tem-se um advérbio negativo seguido por um verbo. O exemplo (6) tem um quantificador negativo seguido por verbo, como em [QuantV]. O exemplo (7) apresenta a conjunção *nem* seguida por verbo, representado por [NemV]. O exemplo (8) apresenta a preposição *sem*, que aparece anterior ao verbo, representado por [SemV]. No exemplo (9) tem-se o item negativo *não*

ao verbo. Trata-se apenas de representações esquemáticas, nas quais o modo de realização fonológica da partícula negativa (plena ou reduzida) não está sendo identificado.

com supressão do verbo. E, por fim, o exemplo (10) apresenta a conjunção *nem*, com supressão do verbo.

Cabe mencionar que, na tentativa de comparar as estruturas negativas sentenciais de diversas línguas, Donadze (1981) e Schwegler (1983) tecem considerações sobre a forma negativa mais recorrente no português brasileiro, qual seja, [NãoV] (exemplo (1)), e a [NãoVNão] (exemplo (2)), considerada por Schwegler (1983) como forma inovadora, por não estar presente no português arcaico. No entanto, esta afirmativa de Schwegler (1983) é contestada por Alkmim (2001), pois a autora comprovou, através de um levantamento realizado em peças de teatro do século XVI até o XX, a presença da estrutura [NãoVNão] já no português quinhentista de Portugal, porém com poucas ocorrências. Um exemplo desta estrutura encontrada no português de Portugal é “Nam hei-de ir a França nam”, verificado na peça *Auto da Fama*, de Gil Vicente.

Ainda, conforme Donadze (1981) e Schwegler (1983), a construção [NãoV] é encontrada em diversas línguas, tais como no indo-europeu, latim, português do Brasil e de Portugal, espanhol, romeno, italiano etc. Por sua vez, a construção [NegVNeg]²¹ é encontrada no francês, catalão, ladino e dialetos do norte da Itália, como o piemontês. O exemplo a seguir demonstra esta última estrutura:

11) *No ho sé cap.* (Catalão)

(Ex.: de SCHWEGLER, 1983, p. 290)

Pode-se verificar, então, que há uma diferença entre o exemplo (11) de Schwegler (1983) e o exemplo (2) do português

²¹ Segundo Vitral (1999), há dialetos do português brasileiro que aceitam a coocorrência de itens como ninguém ou nunca e a partícula não precedendo o verbo. Por razões de exposição, o autor chama os itens de valor negativo como nada, ninguém ou nunca de itens N. O fenômeno da ocorrência da partícula não é obrigatório quando os itens N se encontram em uma posição pós-verbal, o que é chamado de concordância negativa por Zanuttini (1989) e Haegeman e Zanuttini (1991), que analisaram dados do italiano e de outras línguas.

brasileiro mencionado anteriormente, e aqui repetido para facilitar a visualização:

(2) *Não* enganam *não*, primo.

A construção (11) apresenta elementos distintos para *Neg*: *no* antes do verbo e *cap* após o mesmo, enquanto no português brasileiro verifica-se a partícula *não* anterior e posterior ao verbo. Portanto, é interessante observar que, dentre as línguas que utilizam a construção negativa com dois elementos, são poucas as que apresentam a repetição do mesmo item negativo, como o português brasileiro (SCHWEGLER, 1983). Dentre as línguas que também apresentam a [NãoVNão], incluem-se: o afrikans²², o palenquero²³ e o espanhol da República Dominicana.

Com relação ao português brasileiro, um ponto fundamental para o melhor entendimento das estruturas negativas é o que concerne à descrição estrutural, à avaliação social e à história das mesmas. Em se tratando da avaliação social das construções, a [NãoV], apresentada no exemplo (1), é tida como a forma canônica e foi a que ocorreu em maior número no *corpus*. Por sua vez, a estrutura negativa [NãoVNão], exemplificada em (2), apareceu em menor número no *corpus* e sofre sanção por parte dos gramáticos tradicionais. O registro de atitude desfavorável ao uso da estrutura [NãoVNão] transparece na afirmação de que o uso de tal construção é “popular” e constitui uma evidência de que “a língua é o que é, e não o que queremos que ela seja” (NUNES, 1945). O mesmo pode-se deduzir da afirmação de Carneiro (1957): “a negativa duplicada na frase ‘*Não* quero *não*’, em vez de ‘*Não* quero’, constitui a forma vulgar de expressão de todo brasileiro”.

Nesse quadro, na tentativa de descrever as estruturas negativas do português brasileiro e compreender a história dessas construções, muitos trabalhos foram elaborados por diversas correntes teóricas. Nas descrições estruturais gerativistas, há controvérsia

²² Língua falada na África do Sul (ALKMIM, 2001, p. 4).

²³ Crioulo falado em uma comunidade rural de El Palenque, na Colômbia (ALKMIM, 2001, p. 4).

quanto à colocação do item negativo na classe dos advérbios (MARTINS, 1994, *apud* NAMIUTI, 2008), e ainda, quanto à possibilidade de classificá-lo como clítico (MIOTO, 1991). Discute-se ainda se há apenas uma categoria funcional para a negação denominada NegP (POLLOCK, 1989) ou, como propõe Laka (1990), uma categoria ΣP que pode ser preenchida por [+Neg] ou [+Aff], ou ainda, de acordo com Zanuttini (1995), se existiria uma categoria denominada PolP (Polarity Phrase), responsável pela checagem dos traços de polaridade negativa/afirmativa da sentença.

Com relação à história da construção negativa [NãoVNão], algumas hipóteses foram formuladas acerca da sua origem:

1. Essa estrutura surgiu através do contato do Português com línguas africanas, caracterizando-se como um caso de “influência de substrato” – Hipótese do contato. (HOLM, 1988; BERNINI & RAMAT, 1996; BAXTER & LUCHESSI, 1997; BAXTER, 1998)
2. Essa estrutura é resultado do enfraquecimento do primeiro *não*, que fez com que aparecesse o segundo – hipótese do enfraquecimento. (SALLES FILHO, 1980; FURTADO DA CUNHA, 1996)
3. Essa estrutura é resultado de mudança paramétrica. (GONÇALVES, 1994; MARTINS, 1997)
4. Essa estrutura é resultado da reanálise do item *não*. Este elemento teria passado de enunciado completo, para constituinte da oração - hipótese proposta por Alkmim (2001). Para a autora, o segundo *não* era um elemento que não fazia parte da oração. Posteriormente, foi incorporado (gramaticalizado), perdendo, na fala, a pausa e, na escrita, a vírgula.
5. Essa estrutura, do ponto de vista sintático, apresenta uma partícula *não* final com a mesma realização fonológica de duas categorias distintas (*não*₂ e *não*₃), que ocupariam diferentes posições na estrutura sentencial, e do ponto de vista semântico-pragmático, enquanto *não*₁ desencadeia uma negação proposicional, *não*₂ e *não*₃ são descritos como marcadores de negação pressuposicional – hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009).

Assim, tendo em vista o que foi até agora considerado, os seguintes questionamentos mostraram-se pertinentes:

Que estruturas negativas sentenciais ocorreram nos textos dos séculos XVIII e XIX? Quando ocorre a implementação da construção [NãoVNão] e como se dá a sua transição na língua portuguesa do Brasil? A estrutura [NãoVNão] é marcador de negação pressuposicional?.

Nesse panorama, objetivo geral desse trabalho foi descrever as realizações das negativas sentenciais na língua portuguesa do Brasil em textos de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX e, de uma forma mais específica, caracterizar apenas a negativa [NãoVNão], tida como forma inovadora no português brasileiro atual. E os objetivos específicos buscados foram: a) Catalogar e descrever as diferentes realizações das negativas sentenciais presentes no corpus analisado; b) Verificar se um processo de mudança se manifestou nestas estruturas no decorrer do tempo; c) Mostrar a correlação entre construções negativas e pontuação como índice de limite sintático/marcador de pausa, dentro da estrutura frasal; d) Investigar a implementação e a transição da estrutura [NãoVNão]; e) Testar hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009)²⁴, referente à origem da estrutura [NãoVNão] e f) Testar hipótese proposta por Schwenter (2005), referente ao contexto de uso da estrutura [NãoVNão].

2. *Aporte teórico*

2.1 A Teoria da Variação e Mudança e o resgate da historicidade

Tendo em vista que a estrutura [NãoVNão], bem produtiva no português brasileiro atual, é considerada pela literatura linguística uma forma variante da estrutura sentencial canônica [NãoV], e apresenta, de acordo com Schwegler (1983;1991); Ramos (1997);

²⁴ As autoras apresentam como *não*₁, *não*₂ e *não*₃ o elemento negativo não nas seguintes posições, respectivamente: (a) A Maria *não*₁/num vai no teatro. ; (b) A Maria *não*₁/num vai no teatro *não*₂. ; (c) A Maria vai no teatro *não*₃.

Camargos (1998) e Alkmim (2001), um perfil de mudança em progresso, a partir dos pressupostos da Sociolinguística, optou-se por utilizar a Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 1972; 1994) como arcabouço teórico-metodológico nesta investigação. Tal escolha justifica-se pelo fato de a Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 1972) ser considerada teoricamente coerente e metodologicamente eficaz para a descrição tanto da língua em uso, quanto dos processos que a tornaram o que ela é hoje. Além disso, pode ser utilizada para explicar como falam os indivíduos que pertencem aos diversos locais e grupos sociais em determinados momentos da história de uma língua.

O resgate da historicidade é um fator fundamental da visão sociolinguística, em que o objeto de estudo linguístico é um processo histórico de construção da língua. O retorno ao passado permite investigar a implementação e a transição de uma mudança linguística. (ALKMIM, 2001). No plano sincrônico, o objeto do modelo variacionista é o estudo da língua falada em seu contexto real de uso, o que somente se faz possível a partir da fala espontânea, estilo em que o mínimo de atenção é dada à fala. Já no plano diacrônico, verifica-se um problema: a ausência de falantes da língua representativa de períodos passados. Faz-se necessário, então, analisar documentos representativos do período de tempo em estudo. No que concerne à pesquisa diacrônica, é interessante mencionar que, segundo Chaves (2006), a investigação sobre o Português de tempos passados é uma importante fonte para se entender o português brasileiro hodierno, o que possibilita identificar estágios pelos quais a língua passou e, também, as peculiaridades dos falares das regiões. Além disso, a maioria dos linguísticos sobre as estruturas negativas considera apenas o tempo aparente, sem investigar o fenômeno no tempo real²⁵.

Ainda nessa perspectiva, uma questão complexa, que já deu margem a muita discussão, é a utilização da modalidade escrita de uma língua nas pesquisas linguísticas, a fim de recuperar e descre-

²⁵ Quando se fala em tempo real, por exemplo, diz-se da análise de *corpus* de uma comunidade de fala através do tempo. (LABOV, 1972).

ver uma determinada fase desta língua. Para Preti (2000, p.61), os sociolinguistas não podem, nem devem ignorar o papel da língua escrita na análise dos hábitos linguísticos de uma comunidade, pois, de uma forma ou de outra, esta não perdeu sua ligação com a realidade falada. O autor afirma, também, que a Linguística, em grande parte de sua história, serviu-se de documentos escritos na falta de corpora gravados, chegando a reconstituir, às vezes, parte da língua falada de uma época²⁶ através desses documentos. Assim, a língua escrita pode apresentar pistas²⁷ que nos levam a sugerir uma descrição para um dado fenômeno linguístico.

2.2 Noções da pragmática

Visto que este trabalho, além de utilizar pressupostos teórico-metodológicos da teoria da variação, testa uma hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009) para a origem da estrutura [NãoVNão], com motivações de ordem semântico-pragmática, serão evidenciados, aqui, conceitos de grande importância para a compreensão desta hipótese e para a sua verificação, tais como: *pressuposição*, *denegação* e a noção de elemento *velho no discurso*²⁸.

O primeiro conceito a ser destacado é o de *pressuposição*, tendo em vista que Biberauer e Cyrino (2009), na hipótese apresentada, propõem que a [NãoVNão] é natural em contextos pressuposicionais.

Assim, é útil o que Pereira (2011) esclarece sobre a proposta de Biberauer e Cyrino (2009), pois, para ela, as autoras partem do conceito de negação pressuposicional como aquele presente em

²⁶ Um exemplo da reconstituição de uma língua falada é o Latim Vulgar, cuja fonte, entre outras, era composta por documentos escritos (PRETI, 2000, p.62).

²⁷ Um trabalho que utiliza pistas gráficas para investigar o percurso da mudança da forma Vossa Mercê para Você (através das diferenças entre as abreviaturas) é o de Chaves (2006), intitulado *Implementação do Pronome Você: a contribuição das pistas gráficas*.

²⁸ Tradução minha para "discourse-old". (SCHWENTER, 2005)

Pescarini ([s.d.], p. 21), segundo o qual a negação pressuposicional “pressupõe que alguém, no contexto comunicativo, espera que o estado de coisas negadas seja verdadeiro.”, e também em Poletto (2008), que utiliza a distinção entre negação padrão e negação pressuposicional, compreendendo esta última como marcadores negativos que podem ocorrer somente em certas condições pragmáticas relacionadas às expectativas do falante e do ouvinte. Além disso, para Pereira (2011, p. 153), a negação pressuposicional nega um pressuposto que pode não estar necessariamente explícito no discurso.

Um autor que se mostrou representativo no âmbito da pragmática da negação foi Givón (1984), uma vez que se posicionou de forma bastante consistente em favor da consideração da negação como um ato de denegar. Este autor registrou a limitação de uma abordagem que associa ao operador de negação apenas o seu valor lógico, ficando tal limitação evidente quando se compararam frases que, em princípio, deveriam ser sinônimas, como pode ser visto nos exemplos a seguir:

(12) Carlos *não* é feliz.

(13) Carlos é *infeliz*.

(Exs.: (1) e (2) de LIMA, 2010, p.12)

Segundo Lima (2010), para Givón (1984) as duas sentenças deveriam apresentar Carlos em um estado de não felicidade, mas não de tristeza, pois visto do ponto de vista lógico, uma mesma função semântica para o advérbio de negação e para o prefixo negativo poderia ser suposta. Por sua vez, não é o que normalmente se depreende dos usos desses tipos de sentença, já que o normal seria o entendimento de que Carlos é uma pessoa triste. Isto é, nos dois casos, em vez da leitura contraditória esperada, ocorre uma leitura em que não ser feliz e ser infeliz integram leituras contrárias (embora o enunciado com a negação prefixal represente mais marcadamente a leitura contrária).

Ainda, para Givón (1984) a asserção negativa é um ato de fala diferente, o ato de denegar. Este ato, diferentemente da asser-

ção negativa, é usado para contradizer, no sentido de corrigir e não apenas informar. Nesse sentido, toda negação seria pressuposicional. E o que se nega é a correspondente afirmativa, a *informação de fundo*, que está, de certa forma, pressuposta.

O referido autor, assim como Roncarati (1996), assume o caráter pressuposicional da negação. É importante mencionar, no entanto, que ele não descreve as possíveis estratégias de negação (NEG1, NEG2 e NEG3)²⁹. Todas as suas considerações são relacionadas à negativa canônica.

Tem-se ainda que considerar importante a divergência entre a abordagem de Givón (1984), a respeito do caráter pressuposicional das negativas e a de Schwegler (1991). Enquanto para Givón (1984) o uso da negação é por natureza pressuposicional, para Schwegler (1991) apenas as formas não canônicas de negativas veiculam conteúdo pressuposicional.

De acordo com Lima (2010), na literatura linguística, há certo consenso acerca do caráter pressuposicional de enunciados negativos, que chega, em alguns casos, a estimular a postulação de um ato de fala distinto, o de denegar. Tal ato é definido por Kamp e Reyle (1993) da seguinte maneira:

Entre os vários outros atos de fala há um que nem sempre é distinguido da asserção e que, evidentemente, tem uma associação muito próxima com ele. É a denegação. A situação paradigmática em que a denegação ocorre é aquela em que o receptor entende o que é dito a ele, rejeita e deixa isso ser percebido pelo falante... Em todos esses casos, o efeito da denegação é repudiar algo que foi posto tentativamente ou confidentemente por alguma outra pessoa; é rejeitar, como a presente teoria sugere, o ‘quadro’ que o outro falante apresentou como certo ou possivelmente correto. (KAMP & REYLE, 1993, p. 100 *apud* LIMA, 2010)

Para Givón (1984) a *informação de fundo* pode ser velha no discurso quando trazida pelo próprio interlocutor em sua fala para depois ser negada (como em (14) a seguir), ou pode ter sido apre-

²⁹ Este é o modo como Givón (1984) se refere ao que chamamos aqui de [NãoV], [NãoVNão] e [VNão], respectivamente.

sentada na fala do outro interlocutor (Ex.: (15)). Além disso, também pode ser uma informação genérica culturalmente compartilhada (Ex.: (16)):

(14) Luizinho disse que terminou os temas, mas eu acho que não.

(15) A: Então quer dizer que viajas amanhã.

B: Não, não vou viajar. Por que dizes isso?

(16) Certa vez apareceu um homem que não tinha cabeça...

(Exs.: (5), (6) e (7) de LIMA, 2010, p. 14)

Conforme Lima (2010), no exemplo (14), a proposição que serve de fundo é velha no discurso de forma explícita, trazida pelo próprio falante, que primeiro a lança para depois poder negá-la. Na sentença (15), o falante nega uma proposição que foi posta pelo outro interlocutor, que também é velha no discurso de forma explícita. E em (16), o que acontece é uma quebra na informação compartilhada culturalmente de que todo homem tem uma cabeça.

Outro autor que também lida com a noção de *velho no discurso* para caracterizar a informação de fundo da estrutura [NãoVNão] é Schwenter (2005). Este, porém, vai além das exposições feitas por Givón (1984). Isto é, para Schwenter (2005) existe uma restrição para o uso da [NãoVNão], qual seja, a de que a informação negada seja *velha no discurso* e não apenas velha para os interlocutores.

3. *Procedimentos metodológicos*

Os procedimentos para a composição da amostra, bem como para a coleta e análise dos dados, foram adotados a partir dos pressupostos da teoria da variação e mudança (LABOV, 1972).

3.1 A amostra: constituição e caracterização

Para realização da análise com base no tempo real, foi investigada uma amostra composta por textos³⁰ de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX, quais sejam: correspondências privadas³¹ (cartas e bilhetes), jornais (correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais), peças de teatro e obras literárias em prosa³².

Nesse recorte temporal, foram determinados quatro períodos de tempo para a coleta dos dados: 1ª e 2ª metades do século XVIII e 1ª e 2ª metades do século XIX. O *corpus* da primeira metade do século XVIII é composto por uma peça de teatro³³. O *corpus* da segunda metade do século XVIII é composto por correspondências privadas, uma peça de teatro e uma obra literária. O *corpus* do século XIX é composto por correspondências privadas, correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais, peças de teatro e obras literárias.

3.2 A coleta dos dados

Conforme já mencionado, os dados dos *corpora* foram analisados em quatro períodos de tempo: 1ª e 2ª metades do século XVIII, 1ª e 2ª metades do século XIX. A divisão dos *corpora* foi

³⁰ Optou-se por esses tipos de texto, uma vez que, no período analisado, ainda não havia registro magnetofônico da língua falada. Assim, a representação de diálogos nas peças de teatro e obras literárias e a escrita menos formal das correspondências privadas e das publicadas em jornais e em editoriais são as formas que mais se aproximam da manifestação da língua falada do período que representam.

³¹ Estão sendo consideradas correspondências privadas as "correspondências entre pessoas que mantém entre si um relacionamento – parentes próximos, amigos (PEREIRA DA SILVA, 1998, p. 24).

³² Foram considerados os diálogos.

³³ *O Marido Confundido*, de Alexandre de Gusmão. Quanto ao ano da sua publicação, há controvérsias, pois as fontes encontradas afirmam que esta obra pode ser de 1713 (*Revista Dom Casmurro*, 1945), anterior a 1719 (BRAGA, 1871) ou de 1737 (J. M. T. de C., 1841).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

feita dessa maneira, uma vez que se pretendia obter um recorte maior do que o já apresentado por alguns pesquisadores como, por exemplo, Alkmim (2001), quando foi descrito um processo de mudança linguística envolvendo a estrutura [NãoVNão].

Assim, para a constituição da amostra, foram selecionadas:

- a) 65 páginas³⁴ de peça de teatro da 1ª metade do século XVIII;
- b) 100 páginas de correspondências privadas da 2ª metade do século XVIII;
- c) 100 páginas de peça de teatro e obra literária³⁵ (em prosa) da 2ª metade do século XVIII;
- d) 100 páginas de correspondências privadas da 1ª metade do século XIX;
- e) 100 páginas de correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais da 1ª metade do século XIX³⁶;
- f) 100 páginas de peças de teatro e obras literárias (em prosa) da 1ª metade do século XIX;
- g) 100 páginas de correspondências privadas da 2ª metade do século XIX;
- h) 100 páginas correspondências publicadas em jornais e editoriais de jornais da 2ª metade do século XIX;
- i) 100 páginas de peças de teatro e obras literárias (em prosa) da 2ª metade do século XIX.

³⁴ Não foi possível igualar o número de páginas aos dos demais gêneros textuais, pois não foram encontrados mais textos da 1ª metade do século XVIII com a autoria brasileira comprovada.

³⁵ Os dados coletados das peças de teatro e das obras literárias foram computados juntos, pois foi considerado o discurso direto que ambos os tipos textuais apresentam.

³⁶ Os anos anteriores a 1808 ficarão sem cobertura da análise, em se tratando de cartas publicadas em jornais e editoriais de jornais, uma vez que somente neste ano surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal a ser impresso no Brasil.

3.3 Sobre os autores brasileiros

Uma vez que este trabalho propõe descrever as negativas sentenciais em textos de autores brasileiros da língua portuguesa do Brasil e analisar a [NãoVNão], uma questão muito importante foi a busca de correspondências privadas que pudessem ser identificadas como sendo de brasileiros. Este critério fez, então, com que a busca pelos dados se tornasse mais criteriosa e difícil.

Inicialmente, a seleção de cartas seria somente no Acervo Barão de Camargos³⁷, mas, como a quantidade de cartas de autores brasileiros não foi suficiente, a seleção se estendeu ao *corpus* do projeto *Para uma História do Português Brasileiro-RJ*³⁸.

Para identificar a nacionalidade dos que assinavam as correspondências privadas, além de todas as cartas selecionadas terem sido lidas em busca de informações que mostrassem a origem dos remetentes, foram consultados documentos notariais (como testamentos e inventários), os livros genealógicos *Velhos Troncos Mineiros* e *Velhos Troncos Ouro Pretanos*, ambos escritos por Cônego Raimundo Trindade (1955), e a internet, o que constituiu uma pesquisa paralela à desenvolvida com as negativas. Nestes livros genealógicos foi possível identificar, além da origem, informações acerca da família e da profissão dos indivíduos. Os testamentos e inventários consultados encontram-se na *Casa Setecentista de Mariana* e no museu *Casa do Pilar*, e os livros genealógicos encontram-se neste último museu.

A seguir, serão apresentados dois quadros que mostram os remetentes identificados nas correspondências privadas. O Quadro 1 apresenta os remetentes brasileiros do século XVIII:

³⁷ Faz parte de um dos arquivos do *Museu Casa do Pilar*, anexo III do *Museu da Inconfidência de Ouro Preto*.

³⁸ Contém correspondências dos séculos XVIII e XIX e jornais do século XIX.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

NOME	DATA DA CARTA	LOCAL NASCIMENTO	INFORMAÇÕES ADICIONAIS ³⁹
Anna Joaquina de Boaventura	1791, 1792	Cachoeira do Campo/MG	irmã de Luis da Silva Valle (LSV)
Antonio Gomes	s/d*		sobrinho de Clara Felicia da Roza (CFR)
Antonio Gonçalves Cota	1781	Córrego Danta/MG	afilhado de CFR
Antonio da Senhora da Graça	1766	Sumidouro/MG	filho de Paula Felicia da Roza (irmã de CFR) e Antonio Oliveira Pinto (irmão de Manoel de Oliveira Pinto (MOP))
Clara Felicia da Roza	s/d*	Sumidouro/MG	Família Mosqueira
Boaventura Fernandes de Oliveira	1788	Santa Rita Durão/MG	Sobrinho de LSV
Felix Constantino da Silva Portugal	1779, 1782		afilhado de CFR
Francisca Thereza de Jesus Maria	s/d*		irmã de LSV
Francisco Pereira Neves	1730, 1735, 1736, 1737, 1738,		amigo de MOP; compadre de Paula Felicia da Roza e Antonio de Oliveira Pinto
Ignacio Lopes da Silva	1779, 1782, 1789, 1791, 1792	Congonhas do Campo/MG	cunhado de LSV
Joachim Pimenta da Silva	1778	Itabira do Campo/MG	informação em testamento
Joaquim Teixeira	1777, 1782		afilhado de CFR
Jozé de Oliveira Pinto Mosqueira da Roza	1778, 1782	Sumidouro/MG	sobrinho de CFR; filho de Paula Felicia da Roza e Antonio de Oliveira Pinto

³⁹ As informações de parentesco nos quadros 2 e 3 estão relacionadas à Clara Felicia da Roza, Luis da Silva Valle, Manoel de Oliveira Pinto, Manoel Teixeira de Souza, Modesto Antonio Machado Magalhães, Sabina Flavia Domitila e Rodrigo José Ferreira Bretas, uma vez que os arquivos dos quais as cartas fazem parte recebem os seus nomes.

Jozefa Leocádia da Silva	1780	Cachoeira do Campo/MG	irmã de LSV
Luis da Silva Valle	1780, 1787, 1790, 1792, 1794	Cachoeira do Campo/MG	Capitão, funcionário público e comerciante
Maria Angela Teixeira	s/d*		irmã de Joaquim Teixeira
Maria Leonor Felícia da Roza	1782	Sumidouro/MG	irmã de CFR
Manoel Botelho da Roza	1778	Sumidouro/MG	irmão de CFR
Paulo Moreira da Silva	1778, s/d*		afilhado de CFR e MOP
Vidal José do Valle	1792	Cachoeira do Campo/MG	irmão de LSV

Quadro 1 - Remetente brasileiros identificados nas correspondências privadas do século XVIII

E o Quadro 2, abaixo, evidencia os remetentes brasileiros do século XIX:

NOME	DATA DA CARTA	LOCAL NASCIMENTO	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Anna Sabina Domitila	1848, 1855, s/d	Ouro Preto/MG	Filha de Manoel Teixeira de Souza (MTS)
Anna Rodozinda Vidolina da Silva	1855, 1856	Congonhas do Campo/MG	Filha de LSV
Augusto Fernandes	1848, s/d	Inficionado/MG	Filho de criação de Maria Rozenda Domitila da Silva; Neto de LSV
Felisberta Constancia da Silva	1848, s/d	Cachoeira do Campo/MG	Prima de Sabina Flavia Domitila (SFD)
Fernando Evaristo Machado de Magalhães	1825	Cachoeira do Campo/MG	Filho de Modesto Antonio Machado de Magalhães (MAMM)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Fernando Luis Machado de Magalhães	1830	Cachoeira do Campo/MG	Filho de MAMM
Francisco de Assis Athaide	1837, 1838, 1839, 1840, 1841,	Arrepia-dos/MG	
Francisca de Paula	1847, 1848		irmã de SFD
Honório Hermeto Carneiro Leão	1855	Jacuí/MG	Político e magistrado; Marquês de Paraná
Jezuino do Monte Carmelo	1803	Santos/SP	Frei
João Baptista da Fonseca	1833, 1884, 1855, 1899, 1891, 1896		Primo de Rodrigo José Ferreira Bretas
João Maurício Wanderley	1815, 1833	Vila da Barra do São Francisco/BA	Político e Magistrado; Barão de Cotegipe; braço direito de D. Pedro I
Joze Bonifacio Andrada e Silva	1801, 1804, 1822	Santos/SP	Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros no Brasil; tutor de D. Pedro II
Luiz Joze de Godoy Torres	1801, 1804		Desembargador
Luis Torquato da Silva	1841	Congonhas do Campo/MG	Filho de LSV
Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva	1810	Santos/SP	Político; irmão de Joze Bonifacio Andrada e Silva
Manuel do Monte Rodrigues de Araujo	1854	Recife	Político e professor de Teologia; Capelão-mor de D. Pedro I e D. Pedro II; Conde do Irajá
Manoel Jacinto Nogueira da Gama	1812	São João Del Rey/MG	Político, militar e professor de Matemática e Filosofia; Marquês de Baependi

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Manoel Teixeira de Souza	1854, 1855	Ouro Preto/MG	Neto de MTS (Barão de Camargos)
Maria Augusta Mosqueira	1877	Camargos/MG	Esposa de Luis Torquato da Silva (neto de LSV)
Maria Rozenda Domitila da Silva	1848, s/d	Congonhas do Campo/MG	Filha de LSV
Rodrigo José Ferreira Bretas	1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1858, 1860, 1861, 1862, 1863, 1866	Cachoeira do Campo/MG	Neto de LSV; Político e professor
Sabina Flavia Domitila da Silva	1826, 1848, 1850, 1852, 1855, 1856	Congonhas do Campo/MG	Neta de LSV
Valentim	1835, 1843		Primo de SFD

Quadro 2 – Remetentes brasileiros identificados nas correspondências privadas do século XIX

3.4 Os jornais

Para efeito elucidativo, tem-se, a seguir, o Quadro 3, que apresenta os jornais utilizados na amostra selecionada:

JORNAL	ANO
Gazeta do Rio de Janeiro	1808
O Macaco Brasileiro	1822
O Universal	1825
O Carioca	1833
O Cidadão	1838
O Libertador	1841
O Despertador Mineiro	1841, 1842
O Progresso	1842
O Guerreiro	1853
O Cruzeiro do Brasil	1864
O Liberal de Minas	1969

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Correio da Noite	1879
Ilustração Brasileira	1876
O Aspirante	1894
O Estado de Minas	1899, 1900

Quadro 3 – Jornais utilizados no *corpus*

3.5 As obras literárias e as peças de teatro

Pode ser observado, aqui, o Quadro 4, que apresenta as obras literárias utilizadas no *corpus*:

OBRA LITERÁRIA	AUTOR	ANO
Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas, e notícia do seu melhoramento	Domingos Caldas Barbosa	1799
O Mulato	Aluísio Azevedo	1881
Memórias de um condenado	Aluísio Azevedo	1882
O Coruja	Aluísio Azevedo	1887
Dona Guidinha do Poço	Manoel de Oliveira Paiva do Poço	1892
A Conquista	Coelho Neto	1899

Quadro 4 – Obras literárias utilizadas no *corpus*

E no Quadro 5, podem-se verificar as peças de teatro utilizadas:

PEÇA DE TEATRO	AUTOR	ANO
O Marido Confundido	Alexandre de Gusmão	1ª metade séc. XVIII
A Vingança da Cigana	Domingos Caldas Barbosa	1794
O Noviço	Martins Pena	1845
As desgraças de uma criança	Martins Pena	1846
Uma véspera de Reis	Artur Azevedo	1873
Nova viagem à lua	Artur Azevedo	1877
Os Noivos	Artur Azevedo	1880

Quadro 5 – Peças de teatro utilizadas no *corpus*

4. A pesquisa diacrônica: a estrutura [NãoVNão] em foco

Considerando-se apenas as estruturas negativas sentenciais, apurou-se um total de 3473 ocorrências nos séculos XVIII e XIX. A tabela a seguir evidencia a distribuição destas ocorrências em função do tempo e do gênero textual:

ESTRUTURAS	GÊNERO TEXTUAL									TOTAL
	SÉCULO XVIII			SÉCULO XIX						
	1ª metade	2ª metade		1ª metade			2ª metade			
	peça de teatro	carta pessoal	peça/obra lit.	carta pessoal	peça/obra lit.	edit. jornal	carta pessoal	peça/obra lit.	edit. jornal	
[NãoV]	173	294	118	122	309	565	132	427	769	2909
[NãoVNão]	1	0	0	0	3	11	0	16	1	32
[VNão]	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4
[NegVNeg]	17	14	1	18	12	30	4	23	28	147
[QuantNV]	0	1	0	0	0	4	0	0	0	5
[AdvV]	6	7	4	12	10	24	8	21	38	130
[QuantV]	5	4	1	1	3	15	1	13	18	61
NemV	2	6	4	3	3	25	9	2	27	81
SemV	2	12	0	2	1	17	1	7	25	67
[Não+Eliipse]	1	2	0	0	3	6	1	2	6	21
[Nem+Elipse]	0	0	1	2	2	4	0	2	5	16
TOTAL	207	340	129	160	346	701	156	516	918	3473

Tabela 1- Distribuição das estruturas negativas em função do tempo e do gênero textual

Tendo em vista que o foco deste trabalho é a estrutura [NãoVNão], vamos nos ater aos dados relativos à ela.

Assim, a referida construção apareceu 32 vezes no *corpus* selecionado, sendo 1 ocorrência na 1ª metade do século XVIII em uma peça de teatro. No século XIX foram 3 em diálogos de peça

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

de teatro/obra literária e 11 em editorial de jornal na 1ª metade do século; 16 ocorrências em diálogos de peça de teatro/obra literária na 2ª metade do XIX e apenas 1 ocorrência em editorial de jornal na 2ª metade do século XIX. Os exemplos a seguir mostram as estruturas encontradas:

(17) “*Não* he com as nossas pêssoas que o fazem, *não*; he com o nosso dinheiro”. (Peça: *O Marido Confundido*, Alexandre de Gusmão, 1ª metade do XVIII)

(18) “*Nao* se pense que nós nos oppomos ao recrutamento; *nao* [...] (Jornal: *O Despertador Mineiro*, 1841)”

(19) “*Não* se persuada alguém que quando assim falamos temos em vista apoiar o assassinato; *não*: longe de nós tal Idea [...]” (Jornal: *O Libertador*, 1841)

(20) “Ha de ficar a constituição sendo o juguete dos partidos e do governo; mas *não* é do que tenho medo; *não* [...]” (Jornal: *O Libertador*, 1841)

(21) “[...] *nao* se entregue a sorte dos brasileiros aos belleguins; *nao* e derroque o edificio constitucional; *nao* se queira escravisar o povo brasileiro!!..” (Jornal: *O Libertador*, 1841)

(22) “*Nao* exigimos, que entrem para o Ministerio membros da opposição; *nao*, *nao*.” (Jornal: *O Despertador Mineiro*, 1842)

(23) “Fazemos estas reflexoes, *nao* por desconhecer a autoridade da Realesa e menos presa-la, *nao*, *nao*: he antes por amarmo-la muito.” (Jornal: *O Despertador Mineiro*, 1842)

(24) “[...] *nao* porque o nosso partido *nao* tenha tantos e mais homens ricos, do que o vosso, *nao*, vos sabeis perfeitamente o contrario [...]” (Jornal: *O Despertador Mineiro*, 1842)

(25) “E isto *naõ* são vagas declamações – *naõ*.” (Jornal: *O Progresso*, 1842)

- (26) “Sim, homens desnaturados de Março! Das folhas do vosso Código reformado *naõ* fareis por certo, como cuidais, a mortalha da Liberdade: *naõ* [...]” (Jornal: *O Progresso*, 1842)
- (27) “*Naõ* he a separação das provincias, *naõ*.” (Jornal: *O Progresso*, 1842)
- (28) “Senhor, *não* creia V.M.I. que a assemblea provincial inventa fantasticos perigos, sonha males *não* existentes; *não*, senhor [...]” (Jornal: *O Progresso*, 1842)
- (29) “*Não* enganam *não*, primo.” (Peça de teatro: *O Noviço*, Martins Pena, 1845)
- (30) *Não* foi nada, *não* senhora. (Peça de teatro: *O Noviço*, Martins Pena, 1845)
- (31) “Mas pancadas de amor *não* matam, *não*.” (Peça de teatro: *As Desgraças de uma Criança*, Martins Pena, 1846)
- (32) “Pois *não* respondo, *não*.” (Peça de teatro: *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (33) “A pequena pulou de contente; *não* pulou, *não*?” (Peça de teatro: *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (34) “*Não* põe, *não*.” (Peça de teatro : *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (35) “A comadre é que *não* está muito parecida, *não*.” (Peça de teatro: *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (36) “E mostrar-te uma ferida que tenho... mas *não* te mostro, *não*.” (Peça de teatro: *Uma Véspera de Reis*, Artur Azevedo, 1873)
- (37) “*Não* vem a propósito dizer-se que quem tem um olho na terra dos cegos é rei; *não*, de maneira alguma se pode dizer isso.” (Jornal: *Ilustração Brasileira*, 1876)
- (38) “*Não* desconfia *não*.” (Peça de teatro: *Nova Viagem à Lua*, Artur Azevedo, 1877)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

(39) “*Não* somos *não*, desajeitadas!” (Peça de teatro: *Nova Viagem à Lua*, Artur Azevedo, 1877)

(40) “*Não* ousa *não*.” (Peça de teatro: *Os Noivos*, Artur Azevedo, 1880)

(41) “*Não* sei *não* senhor, porque vim me embora.” (Obra literária: *O Mulato*, Aluísio Azevedo, 1881)

(42) “Eu *não* sei, *não* senhô!” (Obra literária: *O Coruja*, Aluísio Azevedo, 1887)

(43) “Tu *não* vai mesmo, *não*, Toinho?” (Obra literária: *Dona Guidinha*, Manoel de Oliveira Paiva, 1892)

(44) “Com meus pés *não* vou *não*, mulher.” (Obra Literária: *Dona Guidinha*, Manoel de Oliveira Paiva, 1892)

(45) “Eu mesmo *não* vou *não*, cumade, que já tou munto mole pra estas cavalarias, mas porém tenho um discipo.” (Obra literária: *Dona Guidinha*, Manoel de Oliveira Paiva, 1892)

(46) “*Não* tem, *não*, senhor.” (Obra literária: *A Conquista*, Coelho Neto, 1899)

(47) “*Não* perguntei *não*, senhor.” (Obra literária: *A Conquista*, Coelho Neto, 1899)

(48) “É mentira, *não* vou *não*.” (Obra literária: *A Conquista*, Coelho Neto, 1899)

Com relação à estrutura frasal que contém as negativas [NãoVNão], algumas considerações podem ser apresentadas.

Primeiramente, é preciso delimitar o período que contém esta dupla negativa e observar como os dois elementos *não* estão distribuídos, isto é, se de forma linear, seguindo uma ordem natural dos constituintes, ou se aparecem separados por alguma oração intercalada, ou se estão apenas distantes um do outro. Para exemplificar, apresenta-se o exemplo (17) da 1ª metade do século XVIII, aqui repetido para melhor visualização:

(17) “*Não* he com as nossas p^éssuas/ que o fasem,/ *não*; he com o nosso dinheiro.”

Tem-se aqui um período composto, com a presença do primeiro *não* na oração principal e do segundo *não* após a oração subordinada.

A seguir, observa-se o exemplo (24) da 1^a metade do século XIX:

(24) “[...] nao porque o nosso partido *nao* tenha tantos e mais homens ricos,/ do que o vosso,/ *nao*, vos sabeis perfeitamente o contrario [...]”

A oração negativa, acima, possui uma estrutura complexa e longa, e apresenta, após o primeiro *não* e o verbo, um objeto direto, um elemento de comparação e, só após este elemento, aparece o segundo *não*.

Mais um exemplo pode ser aqui apresentado, o (19) da 1^a metade do século XIX:

(19) “*Não* se persuada alguém/ que/ quando assim falamos/ temos em vista apoiar o assassinato;/ *não*: longe de nós tal Idea [...]”

Este período possui também a estrutura complexa. O primeiro *não* se encontra na oração principal e o segundo *não* após duas orações subordinadas. Como estes exemplos acima, que nos mostram uma certa distância entre os dois *nãos* da estrutura [NãovNãov], podemos ainda apresentar mais algumas estruturas da 1^a metade do século XIX, já exemplificadas anteriormente (Ex.: (18), (20), (22), (23) e (26)). Curiosamente, pode-se observar que as estruturas [NãovNãov] nos referidos exemplos apresentam os dois *nãos* em posições distantes um do outro. Tal fato nos faz suspeitar que a estrutura [NãovNãov] apresenta mudanças em sua configuração – primeiramente (século XVIII e 1^a metade do século XIX) a estrutura apresenta os dois *nãos* com uma certa distância um do outro, distribuídos em orações mais longas e complexas. Na 2^a metade do século XIX, no entanto, as estruturas [NãovNãov]

apresentam-se de forma diferenciada das anteriormente mencionadas, isto é, têm a estrutura mais simples e os dois itens *não* encontram-se próximos, como mostram os exemplos (33), (34), (35), (38) e (40).

Alkmim (2001), em levantamento acerca das estruturas [NãoVNão], em um *corpus* composto por diálogos de peças de teatro dos séculos XIX e XX, encontrou 45 ocorrências da referida estrutura: uma na 1ª metade do século XIX e 13 na 2ª metade, e 12 na 1ª metade do século XX e 19 na 2ª metade.

Alkmim e Chaves (2005) também descreveram o uso da estrutura [NãoVNão] em um *corpus* composto por cartas pessoais dos séculos XIX e XX. Os dados apresentados pelas autoras apontaram um número bastante reduzido de [NãoVNão], pois foram encontradas somente 8 ocorrências. Mesmo assim, destas ocorrências, somente uma foi no século XIX, na 2ª metade.

Portanto, a comparação dos resultados aqui apresentados com o de Alkmim (2001) e o de Chaves e Alkmim (2005) permite dizer que o *corpus* utilizado neste trabalho apresenta uma ocorrência da estrutura [NãoVNão] já na 1ª metade do século XVIII, o que só vai ocorrer nos dois *corpora* dos trabalhos acima mencionados no século XIX e, na maioria, na sua 2ª metade. A presença de um dado na 1ª metade do século XVIII é de extrema importância, uma vez que se uma estrutura está presente na língua escrita (mesmo que em diálogo de peças de teatro) na 1ª metade do século XVIII, isto significa que, na língua falada, ela já deveria estar presente algum tempo antes.

Outra questão interessante que pode ser observada nas sentenças acima é o fato de algumas estruturas [NãoVNão] apresentarem o ponto e vírgula para separar o segundo *não* da oração. Alkmim (2001), ao descrever um processo de mudança nessas estruturas no século XIX, apresenta dados que contêm apenas a vírgula na estrutura. Retrocedendo no tempo, encontramos, também, o ponto e vírgula.

4.1 Da implementação

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (1968), a implementação está atrelada às causas/motivações da mudança: por que determinada mudança e, não outra, ocorre em um certo tempo e lugar? Assim, sob esse viés, procura-se identificar em que parte da estrutura social e linguística a mudança se originou.

Portanto, tratar um aspecto da implementação neste trabalho é tentar responder à pergunta: “Quando é iniciada a mudança?” Ou melhor, “Quando aparece a estrutura [NãoVNão] em textos escritos da língua portuguesa do Brasil?”

Para investigar a implementação da estrutura [NãoVNão] na língua portuguesa do Brasil, foi feito, então, um levantamento para verificar em qual época ela aparece no *corpus* proposto (se já estava presente no século XVIII ou apenas no século XIX, como já demonstrado por Alkmim (2001) e por Alkmim e Chaves (2005)).

Na tentativa de responder ao questionamento anterior, foram analisadas 865 páginas de textos (cf. 3. Procedimentos teórico-metodológicos) e dentre as 32 estruturas [NãoVNão] encontradas, têm-se:

- a) 1 estrutura em uma peça de teatro da 1ª metade do século XVIII.
- b) 14 estruturas na 1ª metade do século XIX (3 em peça de teatro e 11 em editoriais de jornais).
- c) 17 estruturas na 2ª metade do século XIX (16 em peças de teatro/obras literárias e 1 em editorial de jornais).

Para efeito elucidativo, a única estrutura [NãoVNão] encontrada na 1ª metade do século XVIII no *corpus* selecionado é a seguinte:

(17) “*Não* he com as nossas pêssoas que o fasem, *não*; he com o nosso dinheiro.” (Ex.: (126) de SEIXAS, 2013).

Esta estrutura foi encontrada na peça de teatro *O Marido Confundido*, uma comédia do autor brasileiro Alexandre de Gus-

mão. Este dado se mostra de grande importância, pois o fato de a escrita já apresentar a variante tida como inovadora [NãoVNão] na 1ª metade do século XVIII, constitui uma indicação de que ela já estava implementada na língua e que fazia parte do Português Coloquial. Chaves e Moreira (2012) corroboram a afirmação anterior, uma vez que afirmam que mudanças descritas a partir de dados escritos não se implementaram no período apontado, mas anteriormente, uma vez que inovações linguísticas se tornam visíveis na escrita quando são bem aceitas na fala.

4.2 Da transição

Por transição, Weinreich, Labov e Herzog (1968) entendem a mudança de um estado da língua a outro. Ou seja, é o percurso de uma dada mudança. Assim, tratar a questão da transição neste trabalho é tentar responder à pergunta: “Quais mudanças intermediárias podem ser observadas entre quaisquer duas formas de uma língua em diferentes momentos?”.

Nesse quadro, para tratar a transição, foi analisado o percurso da mudança que envolve as estruturas [NãoV] e a [NãoVNão]. A análise das estruturas no *corpus* mostrou que, na inovadora, além do uso da vírgula para separar a oração do segundo elemento *não* (descrito por ALKMIM, 2001), usava-se também o ponto e vírgula. Em um total de 32 estruturas [NãoVNão], 6 foram marcadas com o uso do ponto e vírgula, o que representa 18,75 % das ocorrências. Tais ocorrências com ponto e vírgula encontram-se repetidas, a seguir, para maior clareza:

(18) “*Nao* se pense que nós nos oppomos ao recrutamento; *nao* [...]”. (1ª metade do séc. XIX)

(19) “*Não* se persuadea alguém que quando assim falamos temos em vista apoiar o assassinato; *não*: longe de nós tal Idea, nós a condemnamos com todas as forças”. (1ª metade do séc. XIX)

(20) “Ha de ficar a constituição sendo o juguete dos partidos e do governo; mas *não* é do que tenho medo; *não*: por mais que o queirao, os partidos e facções nao o hao de conseguir”. (1ª metade do séc. XIX)

(21) “[...] *nao* se entregue a sorte dos brasileiros aos belleguins; *nao* e derroque o edificio constitucional; *nao* se queira escravisar o povo brasileiro!!..” (1ª metade do séc. XIX)

(22) “*Nao* exigimos, que entrem para o Ministerio membros da opposição; *nao*, *nao*”. (1ª metade do séc. XIX)

(37) “*Não* vem a propósito dizer-se que quem tem um olho na terra dos cegos é rei; *não*, de maneira alguma se pode dizer isso”. (2ª metade do séc. XIX)

É importante destacar que todas as estruturas [NãoVNão], que apresentaram o ponto e vírgula para separar o segundo *não*, estavam presentes na 1ª metade do século XIX (salvo uma exceção – exemplo (37)). E, além disso, estas estruturas são mais complexas, longas e apresentam os dois itens *não* separados por certa distância.

Com base nos trabalhos sobre pontuação investigados, de uma maneira geral, foi verificado que o ponto e vírgula, no que diz respeito à orientação que a escrita dava para a leitura, denotava uma pausa maior do que a vírgula e menor do que o ponto final (ROSA, 1994; GONÇALVES, 2003). No âmbito sintático, além do uso do ponto e vírgula demonstrar que havia uma ligação entre as orações, ele dependia da existência de unidades de sentido mais ou menos extensas, visto que ocorria, no século XVIII, em alternância com o pontema dois pontos apenas em frases ou períodos mais longos (GONÇALVES, 2003). Esse fato talvez explique/justifique o uso desse tipo de pontuação em negativas [NãoVNão] mais extensas, em um período mais antigo de tempo.

A partir da explicitação evidenciada acima, pode-se verificar, portanto, que havia uma articulação da pontuação com a organização discursiva e sintática da sentença. Desse modo, o uso do ponto e vírgula em sentenças longas parece indicar que, em um

primeiro momento, este pontema surgiu como um efeito retórico, para denotar uma pausa ainda mais longa do que a da vírgula.

Assim, uma vez analisados os dados e investigado o uso do ponto e vírgula nos séculos XVIII e XIX, foi possível propor etapas para um possível percurso no processo de mudança da [NãoVNão], que pode ser representado da seguinte maneira:

1ª etapa → [estrutura oracional] + *não* [...] (com o uso do ponto e vírgula):

(18) “*Nao* se pense que nós nos oppomos ao recrutamento; *nao* [...]” (Editorial de jornal, 1841)

2ª etapa → [estrutura oracional] + *não* [...] (com o uso da vírgula):

(43) “Tu *não* vai mesmo, *não*, Toinho?” (Peça de teatro, 1892)

3ª etapa → perda da vírgula:

(48) “É mentira, *não* vou *não*”. (Obra literária, 1899)

Assim, a análise dos contextos explicitados anteriormente, bem como a investigação sobre o uso do ponto e vírgula nos séculos XVIII e XIX, corroboram hipótese proposta neste trabalho sobre a transição da estrutura [NãoVNão]: *o uso do ponto e vírgula indica que havia uma pausa maior do que a da vírgula, quebrando uma unidade sintática da estrutura oracional, quando da implementação da mesma na língua.*

Esta pausa mais longa pode explicar o fato de o segundo *não* não fazer parte da estrutura frasal e, posteriormente, ter sido gramaticalizado (conforme descrito por Alkmim, 2001).

É importante frisar que se trata, ainda, de uma hipótese, passível de comprovação estatística, o que, infelizmente, ficou fora das possibilidades do presente trabalho.

4.3 Da origem

Conforme dito anteriormente, com relação à história da construção negativa [NãoVNão], algumas hipóteses acerca da sua origem foram formuladas por diferentes correntes teóricas (cf. *Introdução*). Dentre estas hipóteses, buscou-se testar o ponto de vista semântico-pragmático da hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009), uma vez que as autoras apenas a apresentaram no trabalho *Appearances are deceptive: Jespersen's Cycle from the perspective of the Romania Nova and Romance-based Creoles e não a testaram*.

Para efeito elucidativo, é necessário, portanto, retomar a hipótese de Biberauer e Cyrino (2009) a ser testada. Para estas autoras, enquanto *não1* ([NãoV]) desencadeia uma negação proposicional, *não2* ([NãoVNão]) é descrito como marcador de negação pressuposicional, pois “estruturas contendo esse elemento ‘extra’ necessariamente envolvem polaridade enfática (natural em negação enfática e contextos pressuposicionais)”⁴⁰. (BIBERAUER & CYRINO, 2009, p. 11)

Teixeira de Sousa (2012, p.68) no entanto, entende que, para Biberauer e Cyrino (2009), a negativa [NãoVNão] não está restrita a contextos pressuposicionais, ao contrário da [VNão]. Por sua vez, Pereira (2011, p. 153) afirma que, para as referidas autoras, a [NãoVNão] é descrita como marcador de negação pressuposicional.

A meu ver, portanto, a palavra “natural” usada por Biberauer e Cyrino (2009), no trecho acima, possibilita essas duas interpretações, pois, de acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1975, p. 964), esta palavra define algo como sendo “inato; próprio; peculiar”, ou seja, a ocorrência da [NãoVNão] seria obrigatória em contextos pressuposicionais, bem como pode ser “provável; presumível; originário”, isto é, a

⁴⁰ Tradução minha para “structures containing this ‘extra’ element necessarily involve polarity emphasis (natural in emphatic negation and presuppositional contexts)” (BIBERAUER E CYRINO, 2009, p. 11).

[NãoVNão] pode ocorrer, ou não, nestes contextos. Assim, pode-se entender que a estrutura [NãoVNão] ocorre em contextos pressuposicionais, mas não é obrigatoriedade.

Uma vez que Biberauer e Cyrino (2009) afirmam que a [NãoVNão] é natural em contextos pressuposicionais, para facilitar o entendimento da proposta das referidas autoras, é relevante retomar o que é entendido como negação pressuposicional. Considera-se uma negação pressuposicional quando alguém, no contexto comunicativo, pressupõe ou espera que o estado de coisas negadas seja verdadeiro. Também, pode ser levado em consideração a distinção entre negação padrão e negação pressuposicional, compreendendo esta última como marcadores negativos que podem ocorrer somente em certas condições pragmáticas relacionadas às expectativas do falante e do ouvinte.

Ainda, a fim de complementar o conceito de negação pressuposicional, é interessante retomar a concepção apresentada por Lima (2010). A negação pressuposicional é evidenciada através do ato de denegar que, diferentemente do assertivo, é usado para contradizer, corrigir, e não apenas informar. O que se nega é a correspondente afirmativa, a informação de fundo, que está, de certa forma, pressuposta. Ainda, se, no ato assertivo, um dos interlocutores acredita que o outro não sabe o que ele sabe, no de denegar o falante acredita que sabe melhor e que o ouvinte sabe errado.

Nesse quadro, na tentativa de testar as estruturas [NãoVNão] encontradas e verificar se elas possuem as características propostas por Biberauer e Cyrino (2009), foi necessário analisar o contexto do discurso em que as 32 estruturas [NãoVNão] ocorrem, tendo em vista verificar se tal estrutura ocorreu como denegação de uma pressuposição ou não. Neste trabalho serão explicitados 3 trechos⁴¹, dos quais foram retiradas a estrutura em questão e, após cada um deles, serão apresentados os comentários.

(I) Peça de teatro: *O marido confundido* (1ª metade do séc. XVIII)
- Autor: Alexandre de Gusmão

⁴¹ Foi mantida nos trechos a configuração original das obras das quais foram retirados.

Valha-me Deus! Que terrível embaraço he ter uma mulher fidalga! Não ha exemplo mais proprio que o do meu casamento, para escarmentar todo o homem ordinario, que intenta sahir da sua esfera, e aparentar-se, como eu fiz, com uma familia de Cavalheiros. A nobresa por si he coisa boa; não temos duvida; he uma preeminencia mui consideravel; porem traz consigo tanta circumstancia má que o mais acertado he não se roçar por ella. Nesta materia posso eu falar como o melhor Letrado, e ainda mal, que tanto á minha custa tenho aprendido o estilo, que seguem estes Senhores, quando nos admittem no seu parentesco. *Não he com as nossas pessoas que o fazem, não; he com o nosso dinheiro.*

No contexto acima, o personagem Butербac está falando sobre o seu casamento com Angélica. Angélica é de uma família nobre e Butербac não é nobre, mas fez fortuna. Para Angélica e a família, o casamento é uma forma de ter dinheiro novamente e, para Butербac, é uma maneira de fazer parte da alta sociedade.

Para Butербac, portanto, o fato de se casar com Angélica faria com que ele fosse aceito como um membro da família nobre. E ele evidencia no discurso a pressuposição de que isto normalmente acontece com as pessoas que se casam. No entanto, a denegação desta pressuposição ocorre logo em seguida, porque este mesmo interlocutor chega à conclusão de que o fato de ter se casado com Angélica não o fez entrar para a sua família, mas sim o fato dele ter dinheiro o fez ser admitido por eles. Assim, a sentença [NãoVNão] se configura uma negação pressuposicional.

(II) Jornal: *O Libertador* (1841, nº 10)

Quando a constituição é reformada, desmantelada por uma lei ordinaria, que garantias pode oferecer á nossa liberdade? Nenhuma. Ha de ficar a constituição sendo o juguete dos partidos e do governo; *mas não é do que tenho medo; não.* por mais que o queirão, os partidos e facções não o hão de conseguir; o medo que tenho é das reacções que esta lei vai provocar: disso é que tenho medo.

No contexto apresentado acima, o jornal está reproduzindo um debate entre dois políticos, Alvares Machado e Maciel Montei-

ro, sobre a reforma da constituição, que ocorreu na Câmara do Rio de Janeiro. O debate se inicia com Alvares Machado, dizendo que o fato da constituição ser reformada por uma lei ordinária não é garantia de liberdade dos cidadãos. Em consequência disso esta pode virar joguete na mão de partidos e do governo. Pressupõe-se que todos teriam medo desse fato acontecer. Mas, de acordo com o texto, “pensa-se errado”, uma vez que não é disso que o interlocutor tem medo e, sim, das reações que esta lei vai provocar. Assim, foi usada a estrutura [NãoVNão] “*mas não é do que tenho medo; não[...]*” para denegar tal expectativa.

A análise dos dois trechos, exposta acima, mostra que as estruturas [NãoVNão] neles encontradas denegam uma pressuposição, assim como foi verificado nas outras 28 estruturas identificadas no *corpus* selecionado⁴². Assim, os dados analisados dos séculos XVIII e XIX corroboram hipótese de Biberauer e Cyrino (2009) de que a estrutura [NãoVNão] é uma negação pressuposicional.

Considerando os vários trabalhos lidos e resenhados sobre as negativas no português brasileiro, tentamos ir além do proposto pela hipótese de Biberauer e Cyrino (2009) na nossa análise.

Alguns trabalhos mencionados anteriormente, como Schwenter (2005), Cavalcante (2007, 2012) e Teixeira de Sousa (2012) já apontaram, além da questão pressuposicional, outras restrições sintáticas⁴³ e propriedades semânticas e/ou discursivas que diferenciam as três estratégias. Estas restrições mostram que tais estruturas não estão relacionadas diacronicamente no português brasileiro, como prevê os autores que utilizam o Ciclo de Jespersen como explicação para as referidas estratégias (SCHWEGLER, 1991; FURTADO DA CUNHA, 1996).

⁴² Todas os trechos encontram-se em Seixas (2013), na seção *Anexo*.

⁴³ Para Teixeira de Sousa (2012) a principal restrição em relação à ocorrência da estrutura [NãoVNão] está em contextos narrativos, em que não há proposição, mas a sucessão de eventos, e em encaixadas temporais em que o Tempo Referencial está vinculado ao tempo da oração matriz.

Assim, vamos lançar mão das colocações de Schwenter (2005), que afirma que cabe à NEG2 ([NãoVNão]) a marcação do que é *velho no discurso* (explicitamente ativado ou inferível no discurso através de um gesto) e não apenas velho para os interlocutores.

Cabe destacar que, dentre o total de estruturas analisadas (32) juntamente com os seus respectivos contextos discursivos, 22 delas apresentaram a pressuposição como informação dada no contexto discursivo, como prevê Schwenter (2005). Dentre estas 22 estruturas que apresentam informação dada (1 na 1ª metade do século XVIII, 8 na 1ª metade do século XIX e 13 na 2ª metade do século XIX), encaixam-se as que foram apresentadas nos trechos (I e II) evidenciados anteriormente.

As outras 10 sentenças (6 na 1ª metade do século XIX e 4 na 2ª metade do século XIX), diferentemente das estruturas [NãoVNão] que negaram uma informação dada no contexto discursivo, negaram uma informação que não está dada no discurso, ou seja, ela é *informação nova* (TEIXEIRA DE SOUSA, 2012) ou está implícita para os interlocutores ou para os leitores (PEREIRA, 2011).

Teixeira de Sousa (2012, p. 98), diferentemente de Schwenter (2005), posiciona-se quanto à possibilidade da informação negada ser nova no discurso. Para a autora, a estrutura [NãoVNão] pode ocorrer em contextos onde informação nova é veiculada, ou seja, não necessariamente tem que ser dada anteriormente no discurso, como pode ser observado no exemplo abaixo:

(49) A: Tentei te ligar ontem, mas você não atendeu.

B: Meu celular *não* tá funcionando *não*.

(Ex.: (46) de TEIXEIRA DE SOUSA, 2012, p.98)

A seguir, tem-se um trecho encontrado no *corpus* do presente trabalho, que apresenta a negação de uma informação que não

está dada anteriormente no discurso, acompanhado da sua respectiva análise:

(III) As desgraças de uma criança, Martins Pena (1846)

Abel – (ESPIANDO) Estou só com ela. A Rita vai-se deitar, porém o mais prudente é voltar quando ela estiver dormindo. Não quisera que minha filha, por coisa nenhuma deste mundo, suspei(tasse) de meu amor por esta feiticeira ama. (CHEGANDO-SE PARA A CAMA DE MADALENA) Como dorme! Que tranqüilidade! Como respira docemente! Parece que seu hálito embalsama este aposento! Ah, que se não fosse minha filha, casava-me contigo.... (CHAMANDO-A DEVAGAR) Madalena? Madal(en)inha? (SACUDINDO) Meu anjinho.... (PACÍFICO FAZ QUE ESPREGUIÇA-SE E DÁ COM A MÃO NA CARA DE ABEL) Ai, ladrãozinho, que me bateste! *Mas pancadas de amor não matam, não...*

O trecho evidenciado acima apresenta uma cena que faz parte da peça *As desgraças de uma criança*. Nesta cena há três personagens, quais sejam, Abel, Madalena e Pacífico. Assim, a cena se inicia com Abel espiando Madalena. Pacífico vê o ocorrido, finge que está se espreguiçando e bate com a mão no rosto de Abel, para que ele pare de espiar Madalena. Em seguida, Abel diz: “*Ai, ladrãozinho que me bateste! Mas pancadas de amor não matam, não*”.

Pressupõe-se, portanto, que Abel não gostou de ter levado um tapa de Pacífico, uma vez que, normalmente, as pessoas não gostam de apanhar. No entanto, Abel denega esta pressuposição ao proferir um provérbio (que é informação compartilhada como conhecimento de mundo (*common ground* – conforme STALNAKER, 1978) no formato de uma estrutura [NãoVNão]. O provérbio original é “*Pancada de amor não dói*”, que se refere ao fato de que apanhar de alguém que você ama é para ser relevado. Desse modo, a sentença “*Mas pancadas de amor não matam, não*” denega a pressuposição, a de que as pessoas, normalmente, não gostam de apanhar, e, portanto, é uma negação pressuposicional. No segundo passo da análise, o provérbio “*Pancada de amor não dói*” é *informação nova*, uma vez que não foi elemento dado anterior-

mente no contexto discursivo, apesar de ser compartilhada pelos interlocutores como conhecimento de mundo.

Assim, após analisar todas as ocorrências de estruturas [NãoVNão] na língua portuguesa do Brasil dos séculos XVIII e XIX e os seus respectivos contextos discursivos, foi verificado que, quanto às restrições semântico-pragmáticas para a realização da estrutura [NãoVNão], as 32 estruturas analisadas denegam ou contrariam uma pressuposição. Portanto, o fato de todas as estruturas neste trabalho serem marcadores de negação pressuposicional corrobora hipótese sobre a origem da [NãoVNão], proposta por Biberauer e Cyrino (2009).

É importante mencionar que Biberauer e Cyrino (2009) não se posicionam quanto ao fato de a pressuposição ser informação velha, dada/evidenciada anteriormente no contexto discursivo, ou ser informação nova, implícita como um conhecimento de mundo compartilhado (*common ground*, segundo Stalnaker, 1978) ou informação inferível para os interlocutores ou leitores a partir do contexto.

Tendo em vista que a nossa análise das estruturas [NãoVNão] da língua portuguesa do Brasil corrobora hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009) sobre a origem da [NãoVNão], buscou-se verificar, também, a título de complementação do nosso estudo, se algumas estruturas [NãoVNão] presentes em textos do português brasileiro atual são também pressuposicionais. É importante observar que todos os exemplos da estrutura [NãoVNão] encontrados no português brasileiro atual foram, também, negativas pressuposicionais.

No entanto, Lima (2010, p. 26) apresenta um exemplo que se configura contrário à hipótese da estrutura [NãoVNão] ser pressuposicional:

F: Não gostava de livro de história infantil. Sempre achava muito tolo. Mas [gostava] - gostava de ler gibi. Eu adorava. Tinha um monte. Vivia lendo isso.

E: Quais eram os tipos de gibi?

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

F: Ah, tipo Mônica, Pantera Cor de Rosa, adorava esses filmes tudo. Filminho de televisão da (falando rindo) Pantera Cor de Rosa, amava, como e continuo amando até hoje. Adoro. (risos) Mônica, Cebolinha, ah, essas estorinhas, assim, bem bobinhas: Pato Donald. Queria falar igual ao Pato Donald. (risos geral) (falando rindo) Queria imitar ele falando, mas não dava certo.

E: Nunca conseguiu?

F: Nunca consegui. Não tinha jeito. Aí ficava frustrada. (risos geral) É, coisas assim, né? *Mas de livro, livro não gostava não.*

(Ex.: (40) de LIMA, 2010, p.26)

Conforme Lima (2010, p. 26), a sentença marcada em **negrito** no trecho acima é um caso de estrutura [NãoVNão] não pressuposicional. Uma vez que a interlocutora (F) já havia esclarecido que não gostava de livros de história infantil, a interlocutora (E) não poderia ter a crença que a interlocutora (F) gostava de ler esse tipo de livro. Assim, quando a interlocutora (F) utiliza a estrutura [NãoVNão], ela não está sinalizando uma contradição a uma crença da interlocutora (E).

Cabe ressaltar que Lima (2010) apresenta somente um exemplo de [NãoVNão] não pressuposicional, mas a mesma afirma que, no corpus utilizado, muitas outras sentenças [NãoVNão] não pressuposicionais foram identificadas por ela. Desse modo, verifica-se que o exemplo apresentado por Lima (2010) contradiz hipótese de Biberauer e Cyrino (2009), a de que estruturas [NãoVNão] sejam marcadores de negação pressuposicional.

Por outro lado, se for considerado que Biberauer e Cyrino (2009, p.11) afirmam no mesmo trabalho que *não₂* está integrado a uma estrutura que “necessariamente envolve polaridade enfática (natural em negação enfática e em contextos pressuposicionais)”, é possível fazermos outra interpretação, qual seja, a de que a estrutura [NãoVNão] não é obrigatoriamente negação pressuposicional.

Teixeira de Sousa (2012, p.68) já havia se atentado para tal fato, pois afirma que, para as referidas autoras, [NãoVNão] não é marcador obrigatório de negação pressuposicional, assim como a [VNão] o é. Por esse motivo, ressaltamos que o uso da palavra

“natural”, portanto, possibilita esta dupla interpretação e não deixa exatamente claro o posicionamento das autoras.

Como todas as estruturas [NãoVNão] encontradas nos *corpora* dos séculos XVIII e XIX eram pressuposicionais e é possível no português brasileiro atual encontrar [NãoVNão] não pressuposicional (Ex.: (40) de Lima, 2010, p. 26), pode-se pensar na hipótese de, em um primeiro momento na língua portuguesa do Brasil, a referida estrutura ter surgido como efeito discursivo. Esse efeito permitia que as duas partículas negativas não fossem realizadas em posições bem distantes na estrutura frasal, estando o primeiro não muitas vezes na oração principal e o segundo depois de duas orações subordinadas. Além disso, era comum o uso do ponto e vírgula, que parece indicar que, nesse primeiro momento, este pontema teria sido usado com efeito retórico, para denotar uma pausa ainda maior do que a da vírgula, além de quebrar a unidade sintática da estrutura oracional.

Com o passar do tempo, essa distância foi diminuindo e, na 2ª metade do século XIX, já se observam estruturas frasais curtas contendo as duas partículas não (como em (48) “É mentira, não vou não” – Obra literária, 1899). Assim, é possível que, ao longo do tempo, esse caráter pressuposicional obrigatório da estrutura [NãoVNão] tenha deixado de ser obrigatório e, com isso, esta estratégia de negação tenha deixado de estar relacionada a questões discursivas.

5. Considerações finais

O objetivo geral deste trabalho foi descrever as realizações das estruturas negativas sentenciais na língua portuguesa do Brasil em textos dos séculos XVIII e XIX e, de uma forma mais específica, procurou-se caracterizar apenas a negativa [NãoVNão], tida como forma inovadora no português brasileiro atual.

Nesse quadro, retomando o primeiro questionamento previamente formulado, qual seja, “Que estruturas negativas sentenciais ocorreram nos textos dos séculos XVIII e XIX?”, podemos dizer

que foram identificadas as seguintes estruturas negativas senten-
ciais nos séculos XVIII e XIX: [NãoV], [NãoVNão], [VNão],
[NegVNeg], [AdvV], [QuantV], [NemV], [SemV], [Não+Elipse],
[Nem+Elipse] e [QuantNV]. É importante destacar que foram en-
contradas na amostra selecionada as estruturas negativas
[NãoVNão] e [VNão], tidas como formas inovadoras no português
brasileiro.

Tendo em vista que o foco da pesquisa foi a estrutura
[NãoVNão] e que os dados obtidos através da análise em tempo
real demonstraram que esta estrutura ocorreu nos séculos XVIII e
XIX, é possível, responder, então, ao segundo questionamento:
“Quando ocorre a implementação da construção [NãoVNão] e
como se dá a sua transição na língua portuguesa do Brasil?” As-
sim, no que diz respeito à implementação, o fato de, a partir da 1ª
metade do século XVIII, a escrita já apresentar a variante tida co-
mo inovadora [NãoVNão], constitui uma indicação de que ela já
estava implementada na língua, fazia parte do Português Coloquial
e, quem sabe, já era sentida como uma marca do Português do
Brasil.

Além disso, verificamos que, em 7 sentenças que continham
a estrutura [NãoVNão], ao invés da vírgula, usou-se, também, o
ponto e vírgula. Com base nos trabalhos sobre pontuação investi-
gados, de uma maneira geral, foi verificado que o ponto e vírgula,
no que diz respeito à orientação que a escrita dava para a leitura,
denotava uma pausa maior do que a vírgula e menor do que o pon-
to final (ROSA, 1994; GONÇALVES, 2003). No âmbito sintático,
além do uso do ponto e vírgula demonstrar que havia uma ligação
entre as orações, ele dependia da existência de unidades de sentido
mais ou menos extensas, visto que ocorria, no século XVIII, em
alternância com o pontema dois pontos apenas em frases ou perí-
odos mais longos (GONÇALVES, 2003). Esse fato talvez expli-
que/justifique o uso desse tipo de pontuação em negativas
[NãoVNão] mais extensas, em um período mais antigo de tempo.

Também, observamos que as estruturas [NãoVNão] que
apresentavam os dois *nãos* em posições distantes um do outro, fo-

ram encontradas no século XVIII e na 1ª metade do século XIX (sendo apenas um dado encontrado na 2ª metade do século XIX – cf. exemplo (153)). Tal fato nos faz suspeitar que a estrutura [NãoVNão] apresenta mudanças em sua configuração: i) primeiramente (no século XVIII e na 1ª metade do século XIX) a estrutura apresentava os dois não com uma certa distância um do outro, distribuídos em orações mais longas e complexas; ii) posteriormente, na 2ª metade do século XIX, no entanto, as estruturas [NãoVNão] apresentavam-se de forma diferenciada das anteriormente mencionadas, isto é, tinham a estrutura mais simples e os dois itens não encontravam-se próximos.

A partir da explicitação evidenciada acima, podemos verificar, portanto, que havia uma articulação da pontuação com a organização discursiva e sintática da sentença. Desse modo, o uso do ponto e vírgula em sentenças longas parece indicar que, em um primeiro momento, este pontema surgiu como um efeito retórico, para denotar uma pausa ainda mais longa do que a da vírgula. Portanto, com relação à transição, a partir das observações expostas anteriormente e da análise do uso do ponto e vírgula nos séculos XVIII e XIX, a hipótese para a transição da estrutura [NãoVNão] formulada pelo presente trabalho foi a seguinte: O uso do ponto e vírgula indica que havia uma pausa ainda maior do que a da vírgula separando o segundo não, quando da implementação desta estrutura. Apesar de terem sido encontradas somente 7 sentenças com o ponto e vírgula, estas parecem corroborar a hipótese do segundo item *não* não fazer parte da estrutura frasal e, posteriormente, ter sido gramaticalizado (conforme descrito por Alkmim, 2001).

Nesse quadro, a hipótese proposta pelo presente trabalho descreve o percurso da mudança linguística (da [NãoV] para a [NãoVNão]) em três etapas: 1) um primeiro momento em que o segundo não era separado da estrutura oracional por um ponto e vírgula; 2) no segundo momento, havia o uso da vírgula para separar o segundo não da estrutura oracional; e 3) por fim, houve a queda da vírgula. Ou seja, acrescenta uma etapa anterior às etapas já descritas por Alkmim (2001).

Com relação à investigação da origem da estrutura [NãoVNão], quanto às restrições semântico-pragmáticas para a realização da mesma, as 32 ocorrências analisadas são marcadores de negação pressuposicional, o que corrobora hipótese proposta por Biberauer e Cyrino (2009). Além disso, foi testada, também, a hipótese de Schwenter (2005), que aponta uma propriedade semântico-discursiva para diferenciar as estratégias de negação [NãoV] e [NãoVNão], qual seja, cabe à NEG2 a marcação do que é velho no discurso e não apenas velho para os interlocutores. Assim, dentre o total das 32 ocorrências da [NãoVNão], 22 apresentaram a pressuposição como informação dada no contexto discursivo, como propõe Schwenter (2005). Portanto, concluímos, como Teixeira de Sousa (2012) e Pereira (2011), que a estrutura [NãoVNão] pode ocorrer em contextos onde a informação nova é veiculada.

Assim, de acordo com os resultados que os dados dos séculos XVIII e XIX nos mostraram, é possível que, ao longo do tempo, o caráter pressuposicional obrigatório da estrutura [NãoVNão] tenha deixado de ser obrigatório e, com isso, esta estratégia de negação deixou de estar relacionada a questões discursivas no português brasileiro atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, M. G. R. de. *As negativas sentenciais no dialeto mineiro: uma abordagem variacionista*. Belo Horizonte, 2001. 260f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

BAXTER, A. M. O português vernáculo do Brasil. In: _____. *América Negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesa y criollas*. Frankfurt: Vervuert, 1998. p.72-137.

_____; LUCHESSI, D. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da Língua Portuguesa no Brasil.

In: *Estudos Linguísticos e Literários*, nº 19, Universidade da Bahia, 1997. p. 65-83.

BERNINI, G; RAMAT, P. *Negative Sentences in the Languages of Europe: a typological approach*, 1977. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1996.

BIBERAUER, T.; CYRINO, S. Appearances are deceptive: Jespersen's cycle from the perspective of the Romania Nova and Romance based Creoles. In: *Going Romance*, 23. Nice, 2009a. 19 p. (handout).

BRAGA, T. *Historia da Litteratura Portugueza: a baixa comedia no seculo XVIII*. Porto: Imprensa Portugueza Editora, 1871. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=jLwQAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 10 de dez. 2011.

CAMARGOS, M. L. *Análise variacionista de negativas sentençiais no dialeto mineiro*. Comunicação apresentada no XXVII GEL, S. J. Rio Preto, 1998.

CARNEIRO, N. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1957.

CASAGRANDE, J. L. C. *Introdução ao estudo da negação em português arcaico*. 1973. Tese (Doutorado). – FFCL/UNESP, São José do Rio Preto.

CASTILHO, J. M. T. de. *Collecção de varios escritos politicos e litterarios de Alexandre de Gusmão*. Porto: Typografia de Farias Guimarães, 1841. In: University of California [online]. Disponível em <http://ia700507.us.archive.org/26/items/collecodevar00gusm/collecodevar00gusm.pdf>>. Acesso em: 07-12-2011.

CHAVES, E. *Implementação do pronome você: a contribuição das pistas gráficas*. Belo Horizonte, 2006. 273f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

_____; ALKMIM, M. *Variação e Mudança em estruturas negativas*: cartas pessoais do século XIX e primeira metade do século XX. In: Glauks (UFV), v. 5, p. 81-93, 2005.

_____; MOREIRA, J. *Um Estudo da Implementação de Mudanças Sintáticas no Português Brasileiro*: a análise de dados escritos. In: Caligrama. v. 17. n. 2, 2012.

DOM CASMURRO. *Número especial de natal de 1945 – Tricentenário do “Illustre Théâtre” de Molière*. Edição do Serviço Nacional de Teatro, 1945. n.12 (Jornal Literário).

DONADZE, N. Quelques remarques concernant les constructions négatives dans le langue romanes. *Quaderni di Semantica* 2, p. 297-301, 1981.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, VOTRE & CEZÁRIO (Orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil*: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 167-189.

GIVÓN, T. *Syntax: A functional-typological introduction*, vol. I. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GONÇALVES, F. M. R. *Negação frásica em português: caracterização sintática com referência ao processo de aquisição*. Lisboa, 1994. 349f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Lisboa, 1994.

GONÇALVES, M. F. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HOLM, J. *Pidgins and Creoles*, vol. I e II. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HORN, L. *A Natural History of Negation*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição do advérbio. In: CASTILHO, A. T. de. (Org.) *Gramática do português falado*. São Paulo: Unicamp, 1991, p. 63-141.

KAMP, H; REYLE, U. *From discourse to logic: Introduction to a Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer, 1993.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Internal Factors. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKA, I. *Negations in Syntax: on the nature of functional categories and projections*. Ph. D. Dissertation. Massachusetts Institute of Technology, 1990.

LIMA, L. S. *A negação sentencial: uma abordagem pragmática*. Porto Alegre, 2010. 36f. Monografia (Bacharelado em Estudos Linguísticos). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARTINS, A. *Clíticos na história do português*. Lisboa, 1994. 550f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.

MIOTO, C. *Negação sentencial no português brasileiro e a teoria da gramática*. Campinas, 1991. 238f. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, Unicamp, 1991.

NAMIUTI, C. *Interpolação, colocação de clíticos e mudança gramatical na história do português europeu*. Campinas, 2008. 315f. Tese (Doutorado em Linguística). Unicamp, 2008.

NUNES, J. J. *Gramática histórica do português*. 3. ed. Lisboa: Clássica, 1945.

PEREIRA, B. *A sintaxe cartográfica de 'lá' no português brasileiro: um estudo da periferia esquerda*. Belo horizonte, 2011. 256f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

PEREIRA DA SILVA, V. L. *Cartas cariocas. A variação do sujeito na escrita informal*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística). UFRJ, Rio de Janeiro.

PESCARINI, D. Presuppositional negation, modality, and the {addressee}. *Padua Working Papers in Linguistics*, n. 3. p. 22-28.

POLETTI, C. On negation splitting and doubling. In: Norms Workshop on Negation. Oslo, 2008. 16 p. (handout)

POLLOCK, J. Verb movement, universal Grammar, and the structure of IP. In: _____. *Linguistic Inquire*, 1989, p. 365-424.

PRETI, D. *Sociolingüística: os níveis de fala (um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira)*. 9. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

RAMOS, J. *A alternância entre “não” e “num” no dialeto mineiro: um caso de mudança linguística*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

RONCARATI, C. N. *A negação no português falado*. Macedo, A. T. et al. (Orgs.). In: _____. *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 97-112, 1996.

ROSA, M. C. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística). – UFRJ/Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1994.

SALLES FILHO, A. *A negação em Vila dos Confins*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

SCHWEGLER, A. *Predicate Negation in contemporary Brazilian Portuguese: a change in progress*. Orbis, 1991.

_____. Predicate Negation and Word-Order Change – A Problem of Multiple Causation. *Lingua*, n. 61, p. 297-334, 1983.

SCHWENTER, S. *The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese*. *Lingua*, n. 115, p. 1427-1456, 2005.

SEIXAS, V. C. *A negação sentencial em textos dos séculos XVIII e XIX: estrutura inovadora em foco*. 2013. 151f. Dissertação (Mes-

trado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

STALNAKER, R. Assertion. In.: COLE, P. (Ed.). *Pragmatics: Syntax and Semantics*, vol. 9. New York: Academic Press, 1978.

TEIXEIRA DE SOUSA, L. *Sintaxe e interpretação de negativas sentenciais no português brasileiro*. 2012. 257f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TRINDADE, R. *Velhos troncos mineiros*, vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1955.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 97-189.

ZANUTTINI, R. *Negation and verb movement*. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *The new comparative syntax*. New York: Addison-Wesley, Longman, 1997.